

do(a) EMEF PROFESSORA MARIA LUCIA DOS SANTOS - C.N.P.J. nº: 12.234.115/0001-20

6016.2020/0021371-6 - EMEF PROFESSOR JOSÉ QUERINO RIBEIRO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF PROFESSOR JOSÉ QUERINO RIBEIRO - C.N.P.J. nº: 03.132.601/0001-46

6016.2018/0053447-0 - CEI JARDIM TRÊS ESTRELAS - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) CEI JARDIM TRÊS ESTRELAS - C.N.P.J. nº: 08.349.753/0001-19

6016.2020/0081155-9 - EMEI ARTHUR BAPTISTA DA LUZ - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI ARTHUR BAPTISTA DA LUZ - C.N.P.J. nº: 02.689.814/0001-00

6016.2020/0075005-3 - EMEI RAUL JOVIANO DO AMARAL - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI RAUL JOVIANO DO AMARAL - C.N.P.J. nº: 61.582.938/0001-51

6016.2020/0082579-7 - EMEF CACILDA BECKER - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF CACILDA BECKER - C.N.P.J. nº: 43.568.062/0001-07

6016.2020/0076612-0 - EMEF CARLOS DE ANDRADE RIZZINI - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF CARLOS DE ANDRADE RIZZINI - C.N.P.J. nº: 51.228.229/0001-19

6016.2019/00080184-5 - CEU EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) CEU EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES - C.N.P.J. nº: 52.031.374/0001-78

6016.2019/0076992-5 - EMEI BATISTA CAPELOS - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI BATISTA CAPELOS - C.N.P.J. nº: 52.400.694/0001-58

6016.2019/0083289-9 - EMEF PROFESSOR LEÃO MACHADO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF PROFESSOR LEÃO MACHADO - C.N.P.J. nº: 52.633.625/0001-94

6016.2019/0083108-6 - EMEF PROFESSOR FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF PROFESSOR FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO - C.N.P.J. nº: 73.374.092/0001-43

6016.2019/0078908-0 - EMEI DELFINO AZEVEDO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI DELFINO AZEVEDO - C.N.P.J. nº: 50.858.596/0001-33

6016.2019/0078922-5 - EMEF MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES - C.N.P.J. nº: 51.553.261/0001-70

6016.2019/0079524-1 - EMEF DESEMBARGADOR FRANCISCO MEIRELLES - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF DESEMBARGADOR FRANCISCO MEIRELLES - C.N.P.J. nº: 51.759.371/0001-92

6016.2019/0079200-5 - CEI JARDIM CLIMAX II - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) CEI JARDIM CLIMAX II - C.N.P.J. nº: 07.486.549/0001-87

6016.2019/0036023-7 - CEI FADA MADRINHA - DOADOR: INSTITUTO AMANA/ CEI FADA MADRINHA - C.N.P.J. nº: 07.590.278/0001-05

6016.2019/0005415-2 - EMEI MARINA NOGUEIRA DE SOUZA MARTINS - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI MARINA NOGUEIRA DE SOUZA MARTINS - C.N.P.J. nº: 00.163.096/0001-09

6016.2019/0079163-7 - EMEI PROFESSORA ZENAIDE GRANDINI - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI PROFESSORA ZENAIDE GRANDINI - C.N.P.J. nº: 52.573.631/0001-01

6016.2019/0078250-6 - EMEF PROFESSORA MARLENE RONDELLI - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF PROFESSORA MARLENE RONDELLI - C.N.P.J. nº: 43.561.828/0001-21

6016.2019/0083964-8 - EMEF DUQUE DE CAXIAS - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF DUQUE DE CAXIAS - C.N.P.J. nº: 45.587.649/0001-99

6016.2019/0084125-1 - EMEI SÃO PAULO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI SÃO PAULO - C.N.P.J. nº: 52.040.482/0001-07

6016.2019/0077288-8 - EMEI DOM PEDRO I - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI DOM PEDRO I - C.N.P.J. nº: 52.041.209/0001-05

6016.2019/0077035-4 - EMEF DUQUE DE CAXIAS - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEF DUQUE DE CAXIAS - C.N.P.J. nº: 45.587.649/0001-99

6016.2019/0076881-3 - EMEI PROFESSOR SEBASTIÃO SANCHES MARTINES - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI PROFESSOR SEBASTIÃO SANCHES MARTINES - C.N.P.J. nº: 52.167.731/0001-20

6016.2019/0076687-0 - EMEI SÃO PAULO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI SÃO PAULO - C.N.P.J. nº: 52.040.482/0001-07

6016.2019/0075715-3 - CIEJA CLÓVIS CAITANO MIQUELAZZO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) CIEJA CLÓVIS CAITANO MIQUELAZZO - C.N.P.J. nº: 04.677.446/0001-06

6016.2019/0078061-9 - CEI DOUTOR EDUARDO DE CAMPOS ROSMANINHO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) CEI DOUTOR EDUARDO DE CAMPOS ROSMANINHO - C.N.P.J. nº: 07.224.806/0001-02

6016.2019/0075292-5 - CEI WILSON JOSÉ ABDALLA - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) CEI WILSON JOSÉ ABDALLA - C.N.P.J. nº: 07.203.563/0001-26

6016.2019/0075540-1 - EMEI DONA ANA ROSA DE ARAÚJO - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI DONA ANA ROSA DE ARAÚJO - C.N.P.J. nº: 50.998.350/0001-67

6016.2019/0075345-0 - EMEI PROFESSORA MARIA LUIZA MORETTI GENTILE - DOADOR: APM-Associação de Pais e Mestres do(a) EMEI PROFESSORA MARIA LUIZA MORETTI GENTILE - C.N.P.J. nº: 02.215.921/0001-05

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACANÃ / TREMEMBÉ

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL JACANÃ/ TREMEMBÉ

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO/CEI JARDIM TREMEMBÉ

6016.2021/0022665-8.À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 040744674, com base na competência que me foi delegada pela Portaria SME nº 1.669/2020, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15,AUTORIZO observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 040687425 do processo SEI supracitado.

CEI FERNÃO DIAS

6016.2021/0022647-0.À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 040744801, com base na competência que me foi delegada pela Portaria SME nº 1.669/2020, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15,AUTORIZO observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 040686232 do processo SEI supracitado.

CEI PROFESSOR WILSON D'ANGELO BRAZ

6016.2021/0022610-0.À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 040744913, com base na competência que me foi delegada pela Portaria SME nº 1.669/2020, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15,AUTORIZO observada as

formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 040680912 do processo SEI supracitado.

EMEF PROFESSORA CÉLIA REGINA LEKEVICIUS CONSOLIN

6016.2021/0020432-8.À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 040744913, com base na competência que me foi delegada pela Portaria SME nº 1.669/2020, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15,AUTORIZO observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 040680912 do processo SEI supracitado.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

6016.2020/0004768-9

PORTARIA Nº 20, DE 09 DE MARÇO DE 2020

O Diretor Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Instrução Normativa SME nº 29/19 e do que consta do SEI 6016.2020/0004768-9 e

CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º O INSTITUTO PÁSSARO BRANCO, CNPJ: 14.391.327/0001-46, situada na RUA AUGUSTA COSTA BATISTELLI, 12 Bairro: JARDIM IBIRAPUERA, São Paulo, fica credenciado nos termos da Instrução Normativa SME nº 29/19, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Diretoria Regional de Educação Campo Limpo.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação da renovação do credenciamento, a Diretoria Regional de Educação Campo Limpo emitirá "Certificado de Credenciamento Educacional" que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;

II – comprovada irregularidade na documentação;

III – a Organização da sociedade civil que mantém parceria com esta Pasta tiver Termo de Convênio/Colaboração denunciado unilateralmente pela Administração por irregularidades em seu cumprimento, quando não atendidas às exigências na prestação de contas final.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO AMARO

6016.2020/0047494-3

PORTARIA Nº 034/2021, DE 08 DE MARÇO DE 2021.

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Santo Amaro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da Comissão de Apuração Preliminar constituída pela Portaria nº 236/2020, de 22/10/2020, publicada no DOC de 28/10/2020, página 13, referente ao SEI 6016.2020/0047494-3

RESOLVE:

I - Excluir da Comissão a servidora Rosana Cassia Ribeiro da Silva, R.F. nº 728.486.1/1

II - Incluir na Comissão o servidor Castro Adriano Maia, R.F. 598.812.8/2

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 26/2020.

6016.2021/0011131-1

PORTARIA 40/2021 DE 10 DE MARÇO DE 2021

O Diretor da Diretoria Regional de Educação Santo Amaro, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterada pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto Municipal nº 43.233/03

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariada pelo último:

- EDUARDO GIMENES PALAZZI, R.F. nº 721331.0/1;

- WILSON FERREIRA ROCHA, R.F. nº 745908.4/1;

- LUCIEENE BARROS VAZ DE CAMPOS, R.F. nº 561174.1/2

Art. 2º A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativa no contido no Processo SEI nº 6016.2021/0011131-1, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20(vinte) dias.

Art. 3º Para cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016-2018/0074760-1

PORTARIA Nº 41, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

A Diretora Regional de Educação Santo Amaro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581 DE 17/04/18, com fundamento na Resolução CME 01/18 e do que consta do Processo nº 2016-0.185.068-5, expede a presente Portaria;

Art.1º A Autorização de funcionamento concedida por meio das Portarias nº 148/16, DOC de 08/12/16 e retificada pela nº 201/18, DOC 11/012/18 do CEI Henrique Fernandes, localizada a Rua Baquirivú, nº 353, Cidade Ademar, São Paulo, deixa de ter caráter provisório à vista da apresentação do documento expedido pela Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

PORTARIA Nº 42/2021, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

6016.2018/0006540-3

O Diretor da Diretoria Regional de Educação Santo Amaro , no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir com os trabalhos da Comissão de Monitoramento e Avaliação, constituída pela Portaria nº 16/2018, de 16/02/2018, publicada no DOC de 08/02/2015, página 15, alterada pelas Portarias nº 116/2019, de 01/08/2019, publicada em DOC de 03/08/2019, página 15 e Portaria nº07/2020 de 03/02/2020, publicada em DOC de 06/02/2020

RESOLVE:

I - Excluir da Comissão a servidora Ana Paula Figueiredo Marques Strumillo, R.F. 777.251.3/1

II - Incluir na Comissão a servidora Rosana Monteiro, R.F. 507.442.8/4

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 16/2018.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA PENHA

6016.2019/0049928-6

PORTARIA Nº 40, DE 09 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Regional de Educação Penha, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581, de 17/04/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 do que consta no SEI Nº 6016.2021/0018845-4 expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica deferido, a pedido do interessado, a partir de 15/01/2021, o encerramento das atividades da ESCOLA LIPI-LULU EDUCAÇÃO INFANTIL – UNIDADE II, localizado na Rua Evans, nº 194, Bairro: Vila Esperança, São Paulo, mantido por LIPILULU EDUCAÇÃO INFANTIL LTDA - ME, CNPJ nº 21.180.774-0001-11, autorizada pela Portaria DRE PE nº 288/19, publicada em DOM de 30/102019. Art. 2º O acervo da referida instituição ficará sob a responsabilidade de THALITA LUCIANA PERES MORENA no seguinte endereço: Rua Evans, nº 193, Vila Esperança - São Paulo/ SP.

Art. 3º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

Processo SEI nº 6016.2020/0110295-0 - EMEF Carlos Chagas - Baixa de bens patrimoniais móveis. À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 037306477 e 037306629, com base na competência que me foi delegada pela Portaria 4.772/2015, com fundamento na Lei nº 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 037306553 do processo SEI supracitado.

Processo SEI nº 6016.2021/0014611-5 - CEI Araucárias - Baixa de bens patrimoniais móveis. À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 039489931 e 039490213, com base na competência que me foi delegada pela Portaria 4.772/2015, com fundamento na Lei nº 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 039490097 do processo SEI supracitado.

Processo SEI 6016.2021/0020132-9 - CEI Alecrim Dourado - Baixa de bens patrimoniais móveis. À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 040383451 e 040383595, com base na competência que me foi delegada pela Portaria 4.772/2015, com fundamento na Lei nº 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 040383519 do processo SEI supracitado.

Processo SEI nº 6016.2020/0110323-0 - EMEI Florinda Roberto Queiroz de Castro - Baixa de bens patrimoniais móveis. À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações Doc. SEI nº 037310649 e 037310869, com base na competência que me foi delegada pela Portaria 4.772/2015, com fundamento na Lei nº 12.366/97, Decreto nº 38.507/99, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 037310769 do processo SEI supracitado.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCACAO

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MOVEIS

6016.2021/0023160-0 – CEI ENCANTO E HARMONIA, - A vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 01/2021 com base na competência que me foi delegada pela Portaria n.º 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Anexo I Laudo de Vistoria (039950124) do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens irrecuperáveis

6016.2021/0023334-4 – DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 129/2021, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015, Novo Decreto 59.822/2020 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no processo administrativo supracitado, por se tratar de bens classificados como de consumo devido ao seu valor inferior.

PORTARIA Nº 67, DE 11 DE MARÇO DE 2021

6016.2019/0069680-4

O Diretor Regional de Educação da Diretoria regional de Educação de São Miguel, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto n º 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de alteração da a Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, instituída pela Portaria nº 201 de 15/10/2019, publicada no DOC de 24/10/2019, página 50.

RESOLVE:

Art.1º EXCLUIR

Rosimeire Aparecida Ferreira dos Reis RF 680.963.4/1

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 201/2019.

6016.2019/0069680-4

PORTARIA Nº 68, DE 11 DE MARÇO DE 2021

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional São Miguel no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos de tornar pública a relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores da EMEI Globo do Sol , constituída pela Portaria nº 342, de 29/10/2019, publicada no DOC de 02/11/2019, pg. 64.

RESOLVE:

Art.1º Excluir

Nome: RF/VC Data de ingresso:

Rosimeire Aparecida Ferreira dos Reis RF 680.963.4/1

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 342/2019.

6016.2019/0068969-7

PORTARIA Nº 69 DE 11 DE MARÇO DE 2021

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional São Miguel no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos de tornar pública a relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores da EMEF Senador Lino de Matos , constituída pela Portaria nº 392, de 29/10/2019, publicada no DOC de 02/11/2019, pg. 67.

RESOLVE:

Art.1º Excluir na relatoria de Luciana Cristina Oliveira Assumpção, RF 722.180.1/1 a servidora:

Nome: RF/VC Data de ingresso:

Sandra Cristina Meleiro RF 774.114.6/2 15/08/20218

Art.2º Excluir na relatoria de Luís Claudio Araújo dos Santos, RF 675.743.0/1 o servidor:

Nome: RF/VC Data de ingresso:

André Santoro Fernandes RF 842.192.7/1 18/07/2017

Art.3º Incluir na relatoria de Luís Claudio Araújo dos Santos, RF 675.743.0/1 o servidor:

Nome: RF/VC Data de ingresso:

Vinicius de Campos 843.846.3/2 23/11/2018

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº392/2019.

PORTARIA Nº 70, DE 11 DE MARÇO DE 2021

6016.2019/0069945-5

O Diretor Regional de Educação da Diretoria regional de Educação de São Miguel, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto n º 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de alteração da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, instituída pela Portaria nº 180 de 15/10/2019, publicada no DOC de 24/10/2019, página 49.

RESOLVE:

Art.1º Excluir

Simone Bento de Oliveira RF. 798.548.7/1 Assistente de Diretor

Art.2º Incluir

Patrícia Siqueira Moreno RF. 669.362.8/3 Assistente de Diretor

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 180/2019.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

6016.2019/0070928-0

6016.2019/0070660-5 - PORTARIA Nº 31 DE 10 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Butantã, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/2019 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista o estágio probatório dos servidores da EMEF CEU BUTANTÃ, constituída pela Portaria nº Portaria nº 91, publicada no DOC de 26/10/2019.pag.59.

dade da adoção de providências administrativas internas para melhor atendê-la.

3. A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável, durante a vacinação, em atender às medidas sanitárias previstas na legislação.

4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6019.2020/0001360-8
I. DESPACHO

À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial da manifestação de DCU/Contratos (039721918), de SEME/DGEE/DESM (039506052), como também o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta (039834374), que acolho, CONHEÇO o recurso apresentado e, no mérito NEGÓ-LHE PROVIMENTO, de forma a manter a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 15.317,60 (quinze mil, trezentos e dezessete reais e sessenta centavos), à empresa INNOVATIVE WATER CARE IND. E COM. DE PROD. QUIM. BRASIL LTDA., CNPJ n. 43.677.178/0001-84, tendo em vista que a recorrente não afastou a ocorrência da irregularidade que gerou aplicação da penalidade prevista, com fundamento no Contrato Administrativo n. 004/SEME/2020 e no art. 87, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Esta decisão encerra a instância administrativa, nos termos da Lei Municipal n. 11.141/2006 e do Decreto Municipal n. 51.714/2010.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PORTARIA SF 036 DE 01 DE MARÇO DE 2021

PROCESSO SEI 6017.2021/0007680-5

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no Decreto 58.183, de 09 de abril de 2018,

RESOLVE:

Designar o Senhor **ARIEL EDUARDO RODRIGUES FERREIRA**, Assistente de Gestão de Políticas Públicas, Registro Funcional 775.702.6, efetivo, para exercer o cargo de DIRETOR DE VISÃO TÉCNICA, referência DAS 12, da Divisão de Programação de Pagamentos - DIPAG, do Departamento de Administração Financeira - DEFIN, da Subsecretaria do Tesouro Municipal - SUTEM, da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição ao Senhor JOSÉ ADEMIR DA CONCEIÇÃO, Diretor de Divisão Técnica, Registro Funcional 558.136.2, comissionado, durante o Impedimento Legal - Férias, no período de 12/03/2021 a 26/03/2021, servidor portador de diploma de nível superior.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ao 01 de março de 2021.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA SF 037 DE 01 DE MARÇO DE 2021

PROCESSO SEI 6017.2021/0006012-7

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no Decreto 58.183, de 09 de abril de 2018,

RESOLVE:

Designar o Senhor **SEBASTIÃO MARQUES BARBOSA JUNIOR**, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 826.604.2, efetivo, para exercer o cargo de DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA, referência DAS 12, da Divisão de Controle das Alterações Orçamentárias - DICOR, da Coordenadoria do Orçamento - CGO, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal - SUPOM, da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição a Senhora AMELIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO, Diretor de Divisão Técnica, Registro Funcional 716.684.2, comissionado, durante o Impedimento Legal - Férias, no período de 15/03/2021 a 29/03/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ao 01 de março de 2021.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA SF 038 DE 01 DE MARÇO DE 2021

PROCESSO SEI 6017.2021/0008198-1

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no Decreto 58.183, de 09 de abril de 2018,

RESOLVE:

Designar o Senhor **EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 627.549.4, efetivo, para exercer a função de confiança de DIRETOR DE DIVISÃO, símbolo ATC 2, da Divisão de Acompanhamento do Contencioso Administrativo e Judicial - DICAJ, do Departamento de Tributação e Julgamento - DEJUG, da Subsecretaria da Receita Municipal - SUREM, da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição ao Senhor ANDERSON DUARTE MEIRA, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 816.757.5, efetivo, durante o Impedimento Legal - Férias, no período de 15/03/2021 a 29/03/2021, da carreira de Auditor Fiscal Tributário Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, ao 01 de março de 2021.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA SF 041 DE 04 DE MARÇO DE 2021

PROCESSO SEI 6017.2021/0009484-6

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no Decreto 58.183, de 09 de abril de 2018,

RESOLVE:

Designar a Senhora **GINA ARMELIN PAGOTTO BERNARDINO**, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 770.236.1, efetivo, para exercer o cargo de DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA, referência DAS 12, da Divisão de Captação de Recursos - DICRE, do Departamento de Dívidas Públicas - DEDIP, da Subsecretaria do Tesouro Municipal - SUTEM, da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição ao Senhor HENRY YOSHINOBU YOKOYAMA, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 818.849.1, efetivo, durante o Impedimento Legal - Férias, no período de 29/03/2021 a 07/04/2021, servidora portadora de diploma de nível universitário.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, aos 04 de março de 2021.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA SF 042 DE 04 DE MARÇO DE 2021

PROCESSO SEI 6017.2021/0009983-0

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no Decreto 58.183, de 09 de abril de 2018,

RESOLVE:

Designar o Senhor **GUSTAVO GRECCHI SARAPO**, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 818.846.7 efetivo, para exercer o cargo de DIRETOR DE VISÃO TÉCNICA, referência DAS 12, da Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - DITEC, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTEC, da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição ao Senhor FELIPE AUGUSTO ARCHANGELO, Auditor Fiscal Tributário Municipal, Registro Funcional 816.839.3, efetivo, durante o Impedimento Legal - Licença Gala, no período de 27/02/2021 a 05/03/2021, servidor portador de diploma de nível superior.

Ficam convalidados a partir de 05/03/2021 todos os atos administrativos praticados pelo servidor ora designado.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, aos 04 de março de 2021.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Secretário Municipal da Fazenda

SUBSECRETARIA DO TESOURO MUNICIPAL-SUTEM

Processo nº 6017.2020/0057146-4 - SF/SUTEM- Autorização

I - À vista dos elementos contidos no processo nº 6017.2020/0008864-0 e nos termos da competência delegada pelo e Portaria SF nº 78/2019, art. 2º, inciso VI e pelo Decreto nº 60.052, de 14 de janeiro de 2021, AUTORIZO, com aproveitamento da Nota de Reserva com Transferência nº 13.659/2021, 13.672/2021 e 13.675/2021, presentes no processo SEI 6017.2020/0008864-0, o processamento do empenho e da liquidação, referente à despesa dos rendimentos sobre os pagamentos de precatórios, nos valores e dotações abaixo:

Dotação	Valor fev/2021
28.21.28.846.0000.0011.3.1.90.91.00.05	1.138.842,71
28.21.28.846.0000.0011.3.3.90.91.00.05	168.717,44
28.21.28.846.0000.0011.4.4.90.91.00.05	98.418,51
Total	1.405.978,66

II - PUBLIQUE-SE.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Eletrônico nº 6017.2019/0055965-9. Secretaria Municipal da Fazenda. Contratação para fornecimento dos cabos HDMI. 1. Em face dos elementos constantes dos autos do administrativo nº 6017.2019/0055965-9, em especial a solicitação e justificativa sob nº 035176095, o quadro comparativo de preços sob nº 040624797, a documentação demonstrando a regularidade fiscal da empresa e que em nome da empresa não constam pendências no Cadastro Informativo Fiscal (040656400), a reserva dos recursos para suportar a despesa (039142531) e o Parecer da Coordenadoria Jurídica (040791446), com fundamento no inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, **AUTORIZO** a contratação direta da empresa DKSA COMERCIAL LTDA, CNPJ 28.360.435/0001-66, com dispensa de licitação, para fornecimento dos cabos HDMI especificados nos documentos sob nº 035176095 e 035176304, pelo preço total de R\$ 843,96 (oitocentos e quarenta e três reais e nove e seis centavos), conforme proposta sob nº 038614542. 2. **Autorizo**, ainda, empenhar o valor para suportar a despesa, onerando a dotação nº 17.10.04.126.3011.2.818.3.3.90.30.00. 00. 3. **Nomeio para fiscalização deste contrato** o servidor Diego Gomes Correa, RF 844.076-0, e para suplente o servidor Robson Rodrigues dos Santos, RF 854.088-0.

Processo Eletrônico nº 6017.2020/0057445-5. Secretaria Municipal da Fazenda. Contratação direta. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Dispensa de licitação. Art. 28, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993. Prestação de serviços mensais de cômputo do “Índice de Preços ao Consumidor”. 1. Em face dos elementos constantes do processo, em especial os sumariados na manifestação que subsidia este despacho, com fundamento no inciso XIII, do artigo 24, da Lei 8.666/93, **AUTORIZO** a contratação da FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE), CNPJ nº 43.942.358/0001-46, para prestação de serviços mensais de cômputo do “Índice de Preços ao Consumidor”, conforme proposta constante do doc. SEI nº 038145508, pelo prazo de 12 (doze) meses e pelo preço mensal de R\$ 33.866,79 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos), com valor total de R\$ 406.401,48 (quatrocentos e seis mil, quatrocentos e um reais e quarenta e oito centavos), perfazendo-se o ajuste nos termos da minuta de doc. 040184373, que aprovo. 2. **Autorizo** ainda empenhar o valor de R\$ 270.934,32 (duzentos e setenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), para execução no presente exercício financeiro, onerando a dotação orçamentária nº 17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.39.00. 3. **Indico como fiscais** os servidores HUMBERTO MASSAHIRO HIDESHIMA - RF 770.284-1 como titular e MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO - RF 508.275-7 como suplente. 4. **Indico como gestoras** as servidoras LIGIA BEATINA MARTINS SANTOS VAZ - RF 727.862.4, como titular, e BEATRIZ LUNARDELLI ZUCHELLI LIMA - RF 858.559.8 como suplente.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

DESPACHOS DA PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

Referência: Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0035248-7

CCM nº: 3.019.761-9

CNPJ nº: 04.412.142/0001-17

Recorrente: ALVES & TOREZAN CLÍNICA MÉDICA S/S Advogado(s): Dr. Eduardo de Carvalho Borges (OAB/SP nº 153.881)

Recorrida: Decisão proferida pela 3ª CJ no Recurso Ordinário nº 6017.2020/0008428-8

Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão Créditos recorridos: Termo de Desenquadramento do Regime Especial de Recolhimento das Sociedades de Profissionais – SUP; ISS/AII 6.755.807-0, ISS/AII 6.755.809-7, ISS/AII 6.755.811-9, ISS/AII 6.755.815-1, ISS/AII 6.755.816-0, ISS/AII 6.755.818-6 e ISS/AII 6.755.850-0.

DESPACHO:

1. O presente Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, §5º, da Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, observado o prazo previsto no artigo 43 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei Municipal nº 15.690, de 15 de abril de 2013.

2. Portanto, preliminarmente, verifico estarem presentes os pressupostos gerais de admissibilidade, em especial os da legitimidade e da tempestividade. No que concerne aos requisitos específicos, ditados pela legislação que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, passo às seguintes considerações.

3. Dispõe o artigo 49 da Lei nº 14.107, de 2005, que cabe Recurso de Revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas, sendo requisitos de sua admissibilidade a indicação da decisão paradigmática e a demonstração precisa da divergência.

4. Sustenta a Recorrente que a decisão proferida pela 3ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2020/0008428-8 (doc. nº 032075397) diverge das interpretações dadas à legislação tributária nas decisões proferidas pela 4ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2019/0057882-3 (doc. nº 040811737); pela 3ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2014-0.330.357-2 (doc. nº 040811763); pela 2ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2018/0072889-0 (doc. nº 040811813); e pela 1ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2014-0.073.309-6 (doc. nº 040811860), ora apresentadas como paradigmáticas.

5. Primeiro ponto de divergência – Da ausência de concomitância entre o presente recurso administrativo e o Mandado de Segurança nº 1047179-84.2019.8.26.0053 – 5ª VFP interposto pela Recorrente. Alega a Recorrente que, em que pese tenha-se demonstrado a carência de identidade dos objetos da presente demanda e da ação mandamental, o r. acórdão recorridor teria insistido no argumento da existência de concomitância entre ambos os processos, o que não poderia prosperar. Para defender sua tese, apresenta como paradigmas as decisões proferidas pela 4ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº

6017.2019/0057882-3 (paradigma 1) e pela 3ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2014-0.330.357-2 (paradigma 2) que, em casos semelhantes, teriam decidido de modo diverso.

6. Verifico, inicialmente, que a decisão do Recurso Ordinário nº 2014-0.330.357-2 (paradigma 2) não se insere na hipótese que autoriza a interposição do recurso pretendido, visto ter sido proferida pela 3ª Câmara Julgadora, a mesma Câmara que prolatou a decisão recorrida, em desatendimento, portanto, à determinação contida no caput do Art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2003, que assim prescreve: Cabe recurso de revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas. Portanto, descarto a sua indicação como decisão paradigmática e afasto, por consequência, o exame de eventual divergência que nela possa estar caracterizada.

7. Também não serve de paradigma, neste caso, a decisão prolatada pela 4ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2019/0057882-3 (paradigma 1), pelos seguintes motivos: (i) ausência da demonstração, de forma precisa, da divergência de interpretação da legislação tributária entre a decisão recorrida e as decisões paradigmáticas, conforme exigido pelo art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2005. Com efeito, a simples indicação das decisões paradigmas ou a transcrição de ementas/excertos delas extraídos não é suficiente para a admissibilidade do presente recurso, devendo ser demonstrado o dissenso interpretativo por meio do cotejo analítico entre as referidas decisões, de maneira que se possa identificar, de forma clara, a divergência interpretativa, o que não ocorreu no presente caso; (ii) trata-se de situação fático-jurídica diversa e da convicção pessoal do julgador em relação aos contextos processuais de cada caso concreto.

8. Com efeito, na decisão recorrida se entendeu que havia a concomitância entre as esferas administrativa e judicial em face da identidade de objetos. Confira-se: “...a impetração do mandado de segurança visando o mesmo resultado prático que seria obtido com o provimento deste recurso, implica na renúncia à discussão administrativa, impondo a aplicação do disposto no art. 35 da Lei Municipal nº 14.107, de 2005...”; [] “Por ter optado pela discussão na esfera judicial, não é cabível a alegação de nulidade da decisão de primeira instância, que não conheceu das alegações relativas ao motivo do desenquadramento, devendo ainda ser mantida a cobrança retroativa do período desenquadrado, sendo que as alegações relativas à adoção do modelo de sociedade limitada que motivaram o desenquadramento foram objeto da ação judicial...” (g.n.)

9. Já na decisão indicada como paradigma, diferentemente, se entendeu que, com base no contexto fático-processual daquele caso concreto, não havia elementos para determinar a concomitância entre as esferas administrativa e judicial, o que foi, inclusive, ratificado pela Procuradoria Geral do Município, não se aplicando, portanto, o disposto no art. 35 da Lei Municipal nº 14.107, de 2005, conforme comprovam os excertos extraídos da referida decisão: “No caso, a Ação nº 34/1055434-36.2016.8.26.0053 - 2ª VFP, versa, dentre outros objetos, sobre o desenquadramento do regime especial das SUP em razão do descumprimento da obrigação de apresentação da Declaração Eletrônica das Sociedades Uniprofissionais - D-SUP. A Procuradoria deste Município já se pronunciou no sentido de inexistir concomitância entre os objetos da ação em tela e o contencioso administrativo.”; [] “Desta feita, em que pese a demanda judicial tratar do enquadramento da sociedade como SUP, trata-se de circunstância fática e jurídica diversa da do presente desenquadramento, cujo fundamento se deu em razão da existência de profissionais com habilitações distintas, conforme será detalhado a seguir. Pelo exposto, não há concomitância entre o objeto da Ação nº 34/1055434-36.2016.8.26.0053 - 2ª VFP e o do presente recurso ordinário.” (g.n.)

10. Segundo ponto de divergência – Do reconhecimento da decadência no caso concreto – Auto de Infração nº 6.755.850-0. Incidências 01/2014 a 03/2014. Aduz a Recorrente que a decisão recorrida teria entendido que não houve decadência no caso concreto. Alega, ainda, que, no caso dos autos, estaria demonstrado que teria havido houve pagamento de ISS em relação aos meses de 01/2014 a 03/2014 e não haveria imputação de prática de atos com sonegação, fraude ou conluio pelo Fisco. Logo, seria necessário reconhecer o decurso do prazo decadencial para constituição dos débitos relativos ao período mencionado, dado que a Recorrente somente teria sido intimada de tal auto de infração em abril de 2019. Além disso, reconhecida a decadência dos débitos acima descritos, consequentemente deveria ser reconhecido que esses não podem integrar a base de cálculo das multas impostas pelos Autos de Infração nº 006.755.816-0 e 006.755.818-6. Apresenta como paradigma a decisão proferida pela 2ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2018/0072889-0 (paradigma 3), a qual teria firmado o entendimento de que o transcurso de prazo de mais de 05 anos entre o fato gerador e o lançamento do crédito tributário ensejaria o reconhecimento da decadência.

11. Todavia, em que pese a irresignação da Recorrente, o presente recurso também não merece prosperar, neste ponto, pelos seguintes motivos: (i) ausência da demonstração, de forma precisa, da divergência de interpretação da legislação tributária entre a decisão recorrida e as decisões paradigmáticas, conforme exigido pelo art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2005. Com efeito, a simples indicação das decisões paradigmas ou a transcrição de ementas/excertos delas extraídos não é suficiente para a admissibilidade do presente recurso, devendo ser demonstrado o dissenso interpretativo por meio do cotejo analítico entre as referidas decisões, de maneira que se possa identificar, de forma clara, a divergência interpretativa, o que não ocorreu no presente caso; (ii) ausência de similitude fático-jurídica entre as decisão recorrida e paradigmática. De fato, enquanto na decisão recorrida tratou-se da ocorrência, ou não, da decadência em caso de recolhimentos efetuados pelo regime especial de SUP – que possui regramento jurídico-tributário específico, conforme Instrução Normativa SF/SUREM nº 4/2016 -, na decisão paradigma, de outro lado, tratou-se na ocorrência, ou não, da decadência nos caso de ISS incidente sobre a prestação de serviços de construção civil, onde restou comprovado o recolhimento a menor do imposto, aplicando-se, por consequência, o disposto no art. 150 § 4º, do CTN.

12. Esclareça-se, por oportuno, que as Câmaras Reunidas já tiveram a oportunidade de se manifestar a respeito desta matéria no Recurso de Revisão nº 6017.2016/0033507-0, decidindo que os recolhimentos de ISS eventualmente efetuados sob o regime de sociedades uniprofissionais não podem ser considerados para fins de caracterização de pagamento parcial sob o regime normal de tributação, afastando-se, por consequência, a regra especial de decadência prevista no art. 150, §4º, CTN. Confira-se: EMENTA - ISS – SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL – RECURSO DE REVISÃO - RECOLHIMENTOS DE ISS EFETUADOS SOB A SISTEMÁTICA ESPECIAL - NÃO APROVEITAMENTO PELA FISCALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NA SISTEMÁTICA DE RECOLHIMENTO TRIMESTRAL. DESENQUADRAMENTO DO CONTRIBUINTE DO REGIME DE SOCIEDADES PROFISSIONAIS. DIVERGÊNCIA QUANTO À ABRANGÊNCIA DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 150, §4º, DO CTN SOBRE O PERÍODO EM QUE HOUVE RECOLHIMENTO ÚNICO POR TRIMESTRE - IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DOS RECOLHIMENTOS EFETUADOS NO CÓDIGO DE SUP. EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS APLICA-SE A REGRA DO ARTIGO 173, INCISO I, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – SÚMULA Nº 3 DO CMT - RECURSO DE REVISÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

13. Insta esclarecer, ainda, que em 05/04/2016 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a Instrução Normativa SF/SUREM nº 04, a qual, “Considerando as decisões proferidas reiteradamente pelo Conselho Municipal de Tributos – CMT, que firmaram como indevido o pagamento efetuado sob

o código de serviço específico das sociedades de profissionais, nos casos de desenquadramento retroativo do regime especial dessas sociedades, e pela manutenção das atuações pelo movimento econômico integral”, determinou que eventuais valores recolhidos sob os códigos de serviço específicos das sociedades uniprofissionais não serão aproveitados na apuração do valor devido do ISS calculado sobre o movimento econômico, e que o valor recolhido pelo contribuinte sob o código de serviço específico das SUP será considerado pagamento indevido, devendo ser restituído, se assim requerido, na forma da legislação municipal.

14. Terceiro ponto de divergência – Nulidade dos Autos de Infração por vício de motivação. A Recorrente alega, neste ponto, que, em que pese a decisão recorrida ter entendido que não haveria que se falar em nulidade no caso concreto, esta restaria demonstrada, em sede de Impugnação e Recurso Ordinário, pois a Fiscalização teria lavrado autos de infração visando à cobrança do ISS incidente sobre o valor da prestação de serviços da Recorrente sem, ao menos, fundamentar com propriedade o motivo da alteração do regime de recolhimento do ISS que lhe seria aplicável, ficando impossibilitada de refutar, com propriedade, a cobrança em questão. Assim, considerando os equívocos cometidos pelo Fisco no lançamento tributário que lastreia esse processo, restaria claro que os autos de infração combatidos incorreriam em nulidade material. Para defender sua tese apresenta, como paradigma, a decisão prolatada pela 1ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2014-0.073.309-6 que, em caso semelhante, teria decidido de modo diverso.

15. Entretanto, também neste ponto e pelos mesmos motivos indicados nos itens 7 e 11 acima, o recurso deve ser indeferido em face da: (i) ausência da demonstração, de forma precisa, da divergência de interpretação da legislação tributária entre a decisão recorrida e as decisões paradigmáticas, conforme exigido pelo art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2005. Com efeito, a simples indicação das decisões paradigmas ou a transcrição de ementas/excertos delas extraídos não é suficiente para a admissibilidade do presente recurso, devendo ser demonstrado o dissenso interpretativo por meio do cotejo analítico entre as referidas decisões, de maneira que se possa identificar, de forma clara, a divergência interpretativa, o que não ocorreu no presente caso; (ii) ausência de similitude fático-jurídica entre as decisão recorrida e paradigmáticas. Enquanto na decisão recorrida constatou-se que não haveria motivos fáticos e jurídicos para o reconhecimento das nulidades arguidas pela Recorrente, tendo em vista que os lançamentos ora guerreados teriam observado todos os requisitos para sua constituição previstos no art. 11 da Lei Municipal nº 14.107/2005 e o Termo de Desenquadramento do Regime Especial de SUP teria esclarecido os motivos que levaram a autoridade fiscal a desenquadrar a Recorrente da condição de SUP; na decisão paradigma, ao contrário, verificou-se erro de constituição do lançamento fiscal por carência de capitação legal da penalidade correta, a qual não correspondia com a infração imposta nem com a penalidade efetivamente aplicada, em desatendimento, portanto, aos requisitos do art. 142 do CTN, razão pela qual foi decretada a nulidade por erro formal do lançamento com a consequente devolução do prazo para a apresentação de nova defesa.

16. Diante de todo o exposto, **NÃO ADMITO e NEGÓ SEGUIMENTO** ao recurso.

17. **Fica a Recorrente, desde logo, intimada quanto ao cabimento, no prazo de 15 dias, de um único pedido de reconsideração que verse exclusivamente sobre ausência ou inexistência de intimação ou contagem de prazo.**

Referência: Processo Administrativo SEI nº 6017.2021/0011309-3

SQL nº: 020.077.0665-2 e 098.064.0019-4

CNPJ nº: 21.246.545/0001-52

Recorrente: JGN ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Advogado: Não há

Recorrida: Decisão proferida pela 1ª CJ nos Recursos Ordinários nº 6017.2020/0019612-4 e 6017.2020/0019617-5

Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão

Créditos recorridos: ITBI/AII 90.036.557-9 e ITBI/AII 90.036.558-7

DESPACHO:

1. O presente Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, §5º, da Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, observado o prazo previsto no artigo 43 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei Municipal nº 15.690, de 15 de abril de 2013.

2. Portanto, verifico estarem presentes os pressupostos gerais de admissibilidade, em especial os da legitimidade e da tempestividade. No que concerne aos requisitos específicos, ditados pela legislação que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, passo às seguintes considerações.

3. Dispõe o artigo 49 da Lei nº 14.107, de 2005, que cabe Recurso de Revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas, sendo requisitos de sua admissibilidade a indicação da decisão paradigmática e a demonstração precisa da divergência.

4. Todavia, a Recorrente limitou-se a demonstrar que, no seu entender faria jus ao reconhecimento da imunidade do ITBI-IV, sem demonstrar a divergência de interpretação que a decisão recorrida teria dado à legislação tributária, tampouco indicou a decisão paradigmática que a caracterizaria, em desacordo, portanto, com o disposto no caput e §§ 1º e 3º do Art. 49 da Lei Municipal nº 14.107/2005, in verbis: “Art. 49. Cabe recurso de revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas. § 1º O recurso de que trata este artigo, dirigido ao Presidente do Conselho, deverá conter indicação da decisão paradigmática, bem como demonstração precisa da divergência. [...] § 3º Na ausência da indicação a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo ou quando não ocorrer a divergência alegada ou, ainda, quando se tratar de recurso intempestivo, o pedido será liminarmente rejeitado pelo Presidente do Conselho.”. Com efeito, a função do Recurso de Revisão, por meio das Câmaras Reunidas deste Tribunal Administrativo, é dirimir eventual divergência de interpretação da legislação tributária entre as Câmaras Julgadoras, de modo que é dever do Contribuinte ou da Representação Fiscal, quando for o caso, demonstrar este dissenso interpretativo sob pena de não admissão do recurso, o que é o caso dos autos. Nesse sentido, não se admite a utilização do Recurso de Revisão como 3ª Instância Administrativa, o que já foi devidamente afastado por este CMT, conforme precedente: EMENTA - RECURSO DE REVISÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PREMISSAS FÁTICAS DISTINTAS. RECURSO DE REVISÃO NÃO PODE SER MANEJADO COMO TERCEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. RECURSO NÃO CONHECIDO (RECURSO DE REVISÃO nº: 6017.2016/0009039-6).

5. Esclareça-se, por oportuno, que, ao contrário do alegado pela Recorrente, há na legislação tributária paulistana disposição expressa a respeito do cumprimento, na esfera administrativa, das decisões definitivas de mérito proferidas Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional ou pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, em consonância com a sistemática prevista nos arts. 543-B e 543-C do Código de Processo Civil, conforme Art. 44-A e §5 da Lei Municipal nº 14.107/2005. Eis o teor da norma: “Art. 44-A. Por proposta do Presidente do Conselho Municipal de Tributos, acolhida pelas Câ